



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 051

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Ângelo Vanhoni |
| Líder da Oposição | Durval Amaral |
| PTB..... | Carlos Simões |
| PFL..... | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB | Valdir Rossoni |
| PMDB..... | Antonio Anibelli |
| PP | Duílio Genari |
| PT | Elton Carlos Welter |
| PDT | Barbosa Neto |
| PSL | Luiz Carlos Martins |
| PL | Mauro Moraes |
| PPS..... | Ratinho Júnior |
| PSB..... | Dr. Luciano Ducci |

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE JUNHO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silveira Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob nº 276/2004, do Sr. Newton Pohl Ribas, Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Durval Amaral, Elio Rusch,

Valdir Rossoni e Luiz Carlos Martins, que pedem esclarecimentos sobre o Programa Paraná 12 meses. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob nº 282/2004, do Sr. Luís Mussi, Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados, Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães Filho, e Luiz Carlos Martins e Valdir Rossoni, que pedem esclarecimentos sobre os valores constantes nos registros da Junta Comercial do Paraná, em 27 de fevereiro de 2003, das ações da ELEJOR. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob nº 293/2004, do Sr. Padre Roque Zimmermann, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Elio Rusch, e Luiz Carlos Martins, que pedem esclarecimentos sobre o servidor público José Carlos Becker de Oliveira e Silva, lotado em Umuarama. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob nº 280/2004, do Sr. Reinhold Strephanes, Secretário de Estado da Administração e da Previdência, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ratinho Júnior, que pede esclarecimentos sobre a situação do SAS. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 155/2004, do Sr. Aldair Tarcisio Rizzi, Secretário de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ratinho Júnior, que pede esclarecimentos sobre os convênios realizados entre o Estado do Paraná e TECPAR, Fundação Araucária, Fundo Paraná, Paraná Tecnologia, Universidades e outras. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 207/2004, do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ratinho Júnior, que pede esclarecimentos sobre a Universidade do Professor. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 248/2004, do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ratinho Júnior, que pede esclarecimentos sobre contas referentes à Universidade do Professor dos anos de 1995 até 2002. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 743/2004, do Sr. Aldo José Parzianello, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ratinho Júnior, que pede esclarecimentos sobre a con-

strução de um centro de detenção provisória no Município de São José dos Pinhais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 001/2004, do Sr. Padre Roque Zimmermann, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre o valor dos recursos destinados à construção de uma creche no Município de Uraí. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 203/2004, do Sr. Luis Mussi, Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que pede esclarecimentos sobre o número de empresas registradas, baixadas e distribuídas por região. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 624/2004, do Sr. Aldo José Parzianello, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que pede esclarecimentos sobre as ações junto à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 440/2004, do Sr. Coronel Mario Yoshio Wako, Comandante do Corpo de Bombeiros, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre o cancelamento do número 193. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº CEE/CC 914/2004, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Hermas Brandão, que pede esclarecimentos sobre o montante de ações da COPEL. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº CEE/CC 605/2004, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre a viagem do Governador a Paris, Bélgica e Suíça. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 130/2004, do Sr. Nizan Pereira Almeida, Secretário para Assuntos Estratégicos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre a Conferência Internacional de Software Livre. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº CEE/CC 1052/2004, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre o Programa Bom Emprego. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 809/2004, do Sr. Joélcio Luiz Kloss, Chefe do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre a contratação de professores em Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 108/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre o embarque da safra de grãos no Porto de Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 186/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre o termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 074/97, entre o DER e a Concessionária Caminhos do Paraná S/A. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 207/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que pede esclarecimentos sobre a conclusão das obras de asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Boa Esperança do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 750/2004, do Sr. Claudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre a possibilidade financeira de realizar o exame de Distrofia Muscular Duchenne. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 239/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães e Valdir Rossoni, que pedem esclarecimentos sobre o embasamento legal para a proibição do embarque de soja transgênica através dos Portos do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 230/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao

pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre o estoque de farelo de soja no Porto de Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 721/2004, do Sr. Claudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Dr. Luciano Ducci, que pede esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 151/2004, do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre denúncias contra a Prefeitura de Nova Fátima. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 87/2004, do Ministro Nelson Jobim, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal no exercício, sobre a ação direta de inconstitucionalidade nº 2208, requerente a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e Requerida a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, comunicando que declarou a prejudicialidade da ação relativa ao inciso I do parágrafo 2º do artigo 77 da Constituição do Estado do Paraná. Também por unanimidade, o Tribunal julgou procedente a ação e declarou a inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos: o artigo 54, inciso XVII; na alínea “a” do inciso XIX do referido artigo, a expressão ‘auditores e controladores’; no parágrafo 1º do artigo 77, a expressão ‘auditores e controladores’; no parágrafo 2º do referido artigo 77, inciso II; no parágrafo 5º do artigo 77 aludido, a expressão ‘com as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos auditores’; no artigo 87, o inciso XV; no inciso XVII do artigo 87, a expressão ‘auditores e controladores’, bem como a expressão ‘sendo cinco após aprovação da Assembléia Legislativa’; no artigo 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o vocábulo ‘cinco’, bem como a expressão ‘auditor e controlador’; e o parágrafo único do referido artigo 53, todos da Constituição do Estado do Paraná, na redação conferida pela Emenda Constituição nº 7, de 28 de abril de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 106/2004

Curitiba, 01 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para solicitar o meu desligamento, a partir desta data, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária.

Compromissos de ordem profissional, conhecido por V. Exa. impedem minha participação nas atividades daquela Comissão nos horários marcados acabando por comprometer não só meu papel como parlamentar como, principalmente, o bom andamento dos trabalhos.

Honrado com indicação, coloco-me à sua disposição para os esclarecimentos que V. Exa. julgar necessários.

Cordiais Saudações.

(a) RENATO GAÚCHO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1061

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de pesar à família Sodré, pelo falecimento do Sr. Geraldo Sodré, ocorrido dia 01 de junho, na Cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia aos familiares à Rua: Deputado Nilson Ribas, 863, ap. 101, Jardim dos Bancários, Londrina/Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Geraldo Sodré, natural de Campos, Estado do Rio, faleceu com 87 anos, deixando esposa e 03 filhos.

Chegou em Londrina em 1947, sendo um dos pioneiros. Trabalhou na Companhia de Terras do Norte do Paraná e em várias Companhias de Transporte de Carga de Londrina.

Geraldo Sodré deixa um vazio que jamais será preenchido no coração dos seus familiares e amigos.

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Lídia Zancanaro Sudatti, ocorrido no dia 03, do corrente mês, na Cidade de Pato Branco-PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, Luís Sudatti, residente na Rua Dr. Bernardo Ribeiro Viana, 1244, Ap. 302, CEP: 85.555-000 - Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Lúdia Zancanaro Sudatti, nasceu em 13/06/1935, na Cidade de Viadutos-RS.

Em 1960, transferiu-se para a Cidade de Pato Branco, onde residiu até o seu falecimento.

Mãe dedicada aos seus cinco filhos: Vilmar, Luís, Marlene, Gilberto e Sueli.

Podemos comparar a vida a uma viagem de trem. Em algum ponto, nós entramos na locomotiva. Na verdade, não sabemos como será o nosso trajeto e, muito menos, quais as pessoas que tomarão assento ao nosso lado durante todo o percurso. Porém, uma coisa é certa. Da mesma forma que iniciamos a viagem, em alguma estação ela termina e, obrigatoriamente, teremos que desembarcar.

O mais importante é que durante todo o nosso trajeto, possamos aprender e deixar lições de vida. E foi justamente o que fez dona Lúdia. Alguém que, indiscutivelmente, nos deixou um grande legado de aprendizado, dentro do seu jeito simples de ser.

Sabemos que fica a dor da separação. Ninguém quer perder um ente querido. Mas a vida tem as suas verdades e a única certa até então é que este momento, querendo ou não, um dia, sem nos avisar, chega e faz com que uma etapa da nossa missão seja encerrada.

Através da nossa fé cristã, cremos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que dona Lúdia já está integrada à morada divina de Deus. E que este mesmo Deus console e ilumine os corações de todos que hoje padecem com a tristeza da partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à família Ferrazo, do Município de Catanduvas, pelo falecimento do Sr. Sérgio José Ferrazo, ocorrido no dia 27 de maio próximo passado.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, Margarete Kuerten Camilo Ferrazo, enviando correspondência à Rua Rubens Lopes, 974, CEP: 85.819-170 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A notícia que nunca gostamos de receber é a da perda prematura de um amigo. Alguém com o qual compartilhamos momentos importantes nas nossas vidas. Infelizmente, foi assim que aconteceu com o Sérgio, que acaba de nos deixar.

Falar do homem, falar do militante político, enfim... falar do amigo que um dia tive o prazer de conhecer e, o mais significativo, de conviver e receber, através das suas palavras e atos, sólidos valores morais e éticos.

O Sérgio nos deixou. Ficam as lembranças, fica o legado de uma vida, ficam as marcas de um lutador, de um guerreiro em prol das causas nobres e populares.

Por mais que tentemos expressar a nossa profunda dor com a separação, sabemos que as palavras ainda são limitadas para este fim. A nossa fé cristã nos diz então que neste momento devemos nos apegar ainda mais em Deus, que, com absoluta certeza, está recebendo o Sérgio na Sua morada divina.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da ilustre Sra. Maria Bernardes da Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Anschau Filho, ocorrido no dia 1º de junho de 2004, na Cidade de Ponta Grossa.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada a decisão desta Casa, na pessoa de Ilce Anschau, no endereço: Rua Com. Fontana, 279 - aptº 902, CEP: 80.030-070 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

João Anschau Filho, 89 anos, um pioneiro que se vai e deixa muita saudade pelo exemplo que era em vida.

Homem esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

A Assembléia Legislativa se associa à dor da família enlutada, transmitindo suas condolências aos filhos, parentes e amigos.

REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Pastor João Rocha, Diretor do Departamento de Evangelismo e Missões da Igreja Assembléia de Deus do Estado do Paraná, pelo 8º aniversário de pastorado no Município de Jaguariaíva e pelo 32º aniversário de casamento com a Sra. Maria Sobreiro Rocha.

Requer ainda, que seja dado ciência, através de correspondência a ser encaminhada à Rua do Expedicionário, 252 - Centro - CEP - 84.200-000 - Jaguariaíva-PR.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1066

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco Borges de Freitas e Lorena Parma de Freitas, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegrias e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1067

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Avelino Fantinato e Olga Fantinato, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegrias e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Carlos Padilha e Roseli de Farias Padilha, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegrias e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Exma. Juíza de Direito da Comarca de Porecatu, Silvia Luiza Dariva.

Requer ainda, que seja dada a ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Edson de Jesus Deliberador.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Severino Félix Pessoa.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. João Lopes.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Sylvio Biaggi.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto - SIX, pelos seus 50 anos de atividade.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto - SIX, comemora cinquenta anos de atividade contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Pelo importante papel desenvolvido pela SIX, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social do nosso povo, é que este Deputado propõe o presente.

REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovada pelos Parlamentares desta Casa Moção de Apoio à realização do Encontro Nacional Land Rover, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Desde 1998, quando a marca comemorou seus 50 anos, realiza-se o Encontro Anual para proprietários de Land Rovers. No ano passado, o evento aconteceu na cidade histórica de Ouro preto, em Minas Gerais, no feriado do Dia do Trabalho. Foram inscritos cerca de 400 veículos com aproximadamente 1400 participantes oriundos de diversos Estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Goiás, entre outros.

Trata-se de importante evento que movimentará significativamente o comércio da cidade, com resultados positivos para o Município e o Paraná, e terá o apoio da mídia com cobertura em cadeia nacional e programas esportivos, como o Auto Esporte da Rede Globo, divulgando, além do acontecimento, a cidade de Foz do Iguaçu.

Esse tipo de cobertura aliada à imprensa escrita que normalmente cobre o evento, levará boas imagens da cidade de Foz do Iguaçu para o Brasil e para o mundo, uma vez que empresas jornalísticas internacionais especializadas também deverão cobrir o evento.

Vale salientar ainda que o evento será beneficente com a arrecadação de alimentos que serão doados a entidades assistenciais da cidade e Municípios da região.

A programação proposta para Foz do Iguaçu é bastante similar ao modelo de sucesso usado em Outro Preto. O evento é sugerido para ocorrer entre os dias 04 a 07 de setembro do corrente. Visando atrair uma maior quantidade de veículos, está programado um rally com largada na cidade de São Paulo e chegada em Foz do Iguaçu, no dia 02, cujo trecho terá cobertura da mídia especializada impressa e televisiva, o que aumentará a visibilidade do Encontro.

Paralelamente à programação oficial, será realizada uma série de palestras relacionadas à preservação ambiental, preparação para expedições e acessórios para Off Road e ainda com a possível presença de Amyr Klink.

Tendo em vista que o Paraná, através da cidade de Foz do Iguaçu, está disputando o encontro com os outros Estados e, considerando a divulgação do evento, bem como o fluxo de participantes, movimentando sobremaneira a economia local e em consequência paranaense, é de fundamental importância o apoio dos nobres pares desta Casa à realização do Evento.

REQUERIMENTO Nº 1058

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, Luiz Guilherme Gomes Mussi, solicitando sua intervenção para encontrar a solução para o problema relativo a preços envolvendo o Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais,

Pisos e Revestimentos, Cerâmicas de Louças e Porcelana do Paraná - SINDILOUÇAS e a COMPAGÁS.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O SINDILOUÇA nos encaminhou correspondência relatando o problema que vem enfrentando pelo preço praticado pelo COMPAGÁS, cuja manutenção pode inviabilizar as atividades daquele segmento, gerando perdas econômicas e, principalmente, o desemprego.

Acreditamos que com a intervenção efetiva do Governo do Estado, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, se encontre uma solução que resolva definitivamente o problema.

REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao IBAMA-PR, solicitando que sejam esclarecidos os motivos pelos quais este órgão federal adotou como política de atendimento aos exportadores e prestadores de serviço, via Foz do Iguaçu, na forma descrita no documento CT160/2004, da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, que pela simples leitura do mesmo, enseja inúmeros questionamentos e providências urgentes e reparadoras.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A carta CT 160/2004, da ACIFI para o Chefe do IBAMA, em Foz do Iguaçu, expõe de forma muito elucidativa os problemas encontrados pelos exportadores e prestadores de serviço que se utilizam dos serviços desta repartição na fronteira.

Neste momento de crise, em que o comércio exterior recebe prioridade das autoridades máximas da Nação, não é possível que a burocracia impeça o pleno desenvolvimento das atividades mercantis.

Urge medidas que, ao contrário, estimulem e façam crescer o comércio internacional, favorecendo a balança comercial para o Paraná e o Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando que respostas sejam dadas em relação aos quesitos formulados pela AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O próprio texto constante do fax apresenta a justificativa para o pedido de informações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 227/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas que prestam serviços em todo o Estado aos Órgãos Públicos no tocante à fiscalização de velocidade nas vias públicas, a manterem a adequada sinalização nos postes ou suportes onde se encontram instalados os medidores de velocidade fixos ou estáticos.

Art. 2º - A sinalização de que trata o artigo anterior se dará com a colocação nos postes e suportes de material identificativo refletivo.

Art. 3º - Ficam obrigadas as empresas do artigo 1º a retirarem a identificação mencionada no artigo 2º quando da remoção dos medidores de velocidade para outros locais.

Art. 4º - São nulas as multas aplicadas a partir de medidores de velocidade que não obedeçam a sinalização prevista nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei visa primordialmente a manutenção da segurança no trânsito, comungando com a idéia da necessidade do controle de velocidade nas vias públicas e conseqüente diminuição de acidentes de trânsito em função das altas velocidades.

Ocorre que a indústria das multas institucionalizou-se e o que se busca na maioria das vezes não é somente o controle de velocidade dos veículos que transitam, mas sim, um aumento na arrecadação, colocando-se radares de forma estratégica em locais de difícil visualização a fim de surpreender o motorista e flagrá-lo em velocidades mais altas que as permitidas, diante do que a idéia de relacionar o radar com a simples diminuição da velocidade já não mais significa a verdadeira intenção, pois somente haverá a diminuição da velocidade após o recebimento da notificação, o que não corresponde com a idéia inicial de prevenção.

Se faz necessário que a idéia de manutenção de segurança no trânsito através do controle da velocidade se dê de forma efetiva e para tanto uma melhor visualização do local exato onde se encontrem os radares é uma opção de relevância, visto que, ao se aproximar do local amplamente indicado com o material refletivo colocado

no suporte ou no poste onde se encontra instalado o radar, o condutor do veículo automaticamente diminuirá a velocidade, desta forma atingindo o intuito maior que é justamente essa redução antes que seja emitida a respectiva multa, a qual por sua vez somente produzirá seus efeitos na prevenção após o fato, sendo mais valioso e proveitoso que a infração nem ocorra.

Em última análise, com a devida identificação dos locais onde se encontrem os radares, resguardar-se-á ao contribuinte e não aplicação da multa, e em contrapartida estar-se-á colaborando significativamente com a diminuição dos acidentes de trânsito, uma vez que a redução da velocidade estará garantida nos locais identificados.

Desta forma, justifica-se o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 228/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual fica autorizado a implantar cursos profissionalizantes em bairros carentes.

Art. 2º - Caberá ao Poder Público a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do programa que trata esta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o alto volume de violência a que ficam expostas os nossos jovens e adolescentes que moram em condições de baixa renda, muitas das vezes cooptada pelo crime que lhes oferecem altas quantias, quando seus responsáveis não conseguem sequer colocar comida em suas mesas, entendemos que a criação de cursos profissionalizantes nessas comunidades carentes em muito irá tirar esses menores das garras do crime, dando-lhes oportunidades futuras mais promissoras.

Assim, rogo aos meus ilustres Pares desta Assembléia Legislativa, que aprovem este projeto de lei que autoriza o Governo do Estado implantar, mesmo em parceria com organismos próprios, não somente cursos profissionalizantes para atendimento de todas as faixas etárias, como também cursos outros que possam dar um futuro mais promissor aos jovens que vivem em comunidades carentes.

Entendemos e até elogiamos a preocupação na criação de espaços voltados para o esporte, como hoje existem em determinadas áreas menos favorecidas, mas, é necessário que as autoridades entendam que os jovens são carentes em preparos para o seu futuro, pois, se não só de pão vive o homem, também não é somente de futebol que o menino e a menina sobrevivem.

Em assim sendo, esperamos e temos certeza de que os respeitáveis parlamentares com assento neste colendo Colégio, irão aprovar este projeto, para que do futuro, sejamos todos reconhecidos de que aqui nos preocupamos em promover o bem-estar social de nossa população.

PROJETO DE LEI Nº 229/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Vítimas de furto ou roubo à mão armada em território paranaense ficam isentas do pagamento de taxa para emissão da segunda via dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Carteira Nacional de Habilitação;
- c) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV).

§ 1º - O pedido de isenção deve ser acompanhado do registro de ocorrência lavrado por autoridade policial.

§ 2º - A segunda via do documento deve ser requerida no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o registro do fato. Encerrado esse prazo, a vítima perde o direito à gratuidade.

Art. 2º - A falsa comunicação de crime acarretará as sanções previstas no artigo 340 do Código Penal, com pena de um a seis meses de reclusão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo minorar os transtornos causados pelo roubo ou furto de documentos. Nesse tipo de crime, as vítimas não apenas ficam em situação irregular, impedidas de dirigir automóvel, abrir crediário ou apresentar identificação, como também são obrigadas a pagar pela emissão da segunda via.

Atualmente, a taxa para retirar a segunda via da carteira de identidade chega a R\$ 13,75, enquanto a carteira de habilitação e o certificado de registro do veículo custam R\$ 20,26 cada um. Esses valores oneram principalmente os cidadãos de baixa renda, que já convivem com salários aviltados e uma pesada carga tributária. Daí a necessidade de assegurar a gratuidade da segunda via em caso de assalto ou furto.

Trata-se de fazer justiça social, garantindo que as vítimas da violência no Estado tenham seu prejuízo reduzido.

PROJETO DE LEI Nº 230/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Ano Internacional da Criança, a ser comemorado a partir do dia 12 de outubro de 2005.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar o presente projeto de lei, instituindo, no Estado do Paraná, o Ano Internacional da Criança, a ser comemorado a partir do dia 12 de outubro de 2005, estamos acolhendo sugestão do VIII Congresso Nacional da Soroptimist Internacional fo The Americas, da Região Brasil, realizado em Foz do Iguaçu, no período de 31 de março a 04 de abril, que tratou da melhoria da situação da criança e da mulher e dos problemas atuais do meio ambiente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela, que fará do ano de 2005 um marco na defesa da nossa criança e do nosso adolescente.

PROJETO DE LEI Nº 231/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho, com sede e foro na Cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho, é uma instituição fundada em 20 de março de 1984, com sede e foro no Município e Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, já tendo sido declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 862/86.

Constituída para colaborar com obras e iniciativas que visem promover a melhoria da comunidade chopinzinhense, agrega as esposas dos membros do Rotary Club de Chopinzinho, auxiliando as entidades filantrópicas, assistenciais e culturais da cidade.

Com estatutos registrados no Livro A-1-1 do Registro de Pessoas Jurídicas sob nº 32, a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho possui personalidade jurídica há mais de ano, presta desinteressadamente serviços de Utilidade Pública à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título, o que lhe confere as características para ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

Anexa-se, ainda, Ata de eleição da Diretoria atual, bem como o Relatório de Atividade do último ano.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 232/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 11.133, de 05 de julho de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa do Povo, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 07.06.2004.

(a) GERALDO CARTÓRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura objetiva alterar a Lei nº 11.133, que declarou de utilidade pública o Orfanato Vivenda Renascer.

Em assembléia geral realizada em 20 de fevereiro do corrente ano, a denominação da entidade foi alterada para Associação Beneficente Casa do Povo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 233/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas fabricantes, importadoras, distribuídas ou revendedoras de pilhas, baterias e lâmpadas, ficam responsáveis por dar destinação adequada a esse produtos, mediante procedimentos de coleta, reutilizando, reciclagem, tratamento ou disposição final, após seu esgotamento energético ou vida útil e a respectiva entrega pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada.

Parágrafo Único - Para o fim de que trata este artigo, considerar-se-ão produtos que contaminam o ambiente:

I - Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, de acordo com o art. 2º da resolução do CONAMA nº 257, de junho de 1999.

II - Lâmpadas que contenham em suas composições mercúrio e seus compostos (lâmpadas fluorescentes e vapor de mercúrio).

Art. 2º - Os estabelecimentos que comercializam os produtos mencionados no art. 1º desta lei, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabri-

cantes ou importadores dos referidos produtos, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares àquelas comercializadas.

Art. 3º - As pilhas, baterias e lâmpadas recebidas na forma do artigo anterior serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecendo as normas ambientais e de saúde pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até que seja feito o repasse para estes.

Art. 4º - Entregue pelos usuários os produtos usados ou energeticamente esgotados, nos termos do art. 2º, os estabelecimentos que os comercializam informarão às empresas distribuidoras e revendedoras a lista de produtos que demandam destinação final, a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas pela presente lei.

Parágrafo Único - No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da informação de que trata o *caput* deste artigo, os responsáveis nos termos desta lei providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação aplicável a cada caso.

Art. 5º - Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pilhas, baterias e lâmpadas descritas nos itens I e II do parágrafo único do art. 1º desta lei:

I - Lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais.

II - Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente.

III - Lançamento em corpos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações.

Art. 6º - A desobediência ou a inobservância de qualquer dispositivos desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa.

II - não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de R\$1.500 (um mil e quinhentos reais), reajustáveis anualmente pelo índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

III - em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro;

IV - persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será suspenso a alvará de licença e funcionamento concedido à empresa, por até 30 (trinta) dias, devendo após o decurso desse prazo, ser regularmente cassado pelo Poder Público estadual, com interdição do estabelecimento.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 07.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Trata a presente propositura de projeto de lei que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de baterias, pilhas e lâmpadas fluorescentes usadas e dá outras providências.

A iniciativa da matéria se insere dentre aquelas do tipo geral ou concorrente, nos termos da Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná; sendo certo, do processo legislativo para sua propositura.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 257, de 30 de junho de 1999, disciplina o descarte e o gerenciamento adequado de pilhas e baterias.

Este projeto de lei, estende para o Estado do Paraná estas normas disciplinares também para as lâmpadas, que contêm, em suas composições, metais pesados.

Estima-se que cada bateria ou pilha depositada de forma inadequada no meio ambiente contamine uma área de um metro quadrado. Entretanto, o dano ambiental pode ser maior se a quantidade desses equipamentos jogados em lixões for muito alta.

A dissolução de metais pesados depositados em aterros sanitários impróprios, pode contaminar lençóis freáticos e o ambiente local.

Em aterros, a dissolução dos metais é mais fácil devido à acidez da área. Isso facilita a acumulação de metais pesados na cadeia alimentar através da contaminação de animais e vegetais, que podem causar a intoxicação de seres humanos que venham a consumir esses alimentos afetados.

Metais pesados como chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos podem provocar graves doenças neurológicas, além de afetar a condição motora. Pilhas e baterias comuns (pequenas, usadas em rádios, por exemplo) podem ser descartadas no lixo doméstico, de acordo com a determinação do CONAMA. No entanto, a professora Andréa Bernardes, do Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) avalia que esses produtos, que acabam sendo depositados em aterros sanitários, só poderiam ser descartados nestes locais se houvesse o tratamento adequado do chorume (substância líquida encontrada em lixões).

“O chorume contaminado com metais pesados, contaminará também a terra e os lençóis freáticos. A iniciativa serve como incentivo para que as empresas passem a reduzir o uso de substâncias tóxicas para evitar todo o processo de recolhimento de baterias e pilhas usadas”.

Os riscos de acidentes e impactos danosos causados ao meio ambiente e saúde humana, pelo descarte inadequado de produtos e materiais que contêm, em suas composições os metais pesados, chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, é muito grande.

Os produtos relacionados neste projeto de lei, contêm em suas composições metais pesados que são nocivos à saúde e ao meio ambiente, contaminando o solo, o lençol freático e sendo aditivos no organismo humano e de animais, podendo provocar envenenamento crônico.

Muitas características do envenenamento por metais pesados são semelhantes. Os metais importantes sob o aspecto toxicológico são o arsênico, o chumbo, o mercúrio, o antimônio, o cádmio e o tálio.

As doses tóxicas e mortais de cada metal são pequenas. O chumbo e o mercúrio afetam as enzimas do corpo.

O envenenamento pelo mercúrio pode ser agudo, quando provém da ingestão acidental ou intencional de sais solúveis de mercúrio. O envenenamento crônico por mercúrio provém da inalação de vapores mercuriais ou da ingestão de pequenas quantidades de nitrato de mercúrio ou de outros sais.

Os compostos alquilo mercuriais (etil e metil de mercúrio) tornaram-se importante problema ambiental. Os compostos são solúveis em solventes orgânicos e, a cadeia covalente carbono-mercúrio não é degradada por processos biológicos. O metil mercúrio é particularmente encontrado em alguns peixes tirados de águas contaminadas pelo mercúrio.

Já ocorreram em várias regiões do Japão, entre elas Minamata e Niigata, inúmeros casos de contaminação por sementes tratadas com compostos mercuriais.

Alguns compostos mercuriais, como o metil mercúrio, ultrapassam a barreira placentária e acumulam-se no feto, do que resulta paralisa cerebral e retardamento mental da criança.

Algumas manifestações clínicas devido o envenenamento crônico por mercúrio são: estomatite- excessiva salivagem, gengivas hipertrofiadas que sangram facilmente; eretismo - distúrbio psíquico caracterizado por irritabilidade, atitude esquiva e alteração das atividades sociais; tremores - tremores das pálpebras, dos lábios, da língua, dos dedos e membros; acrodinía ou “doença rosa” - distúrbio de crianças pequenas e lactentes, caracterizada por irritabilidade, insônia, estomatite, perda dos dentes, hipertensão, eritema dos dedos das mãos e dos pés, do nariz, das bochechas.

Os compostos mercúricos têm uma afinidade com o sistema nervoso central e produzem fadiga, dor de cabeça, perda da memória, apatia, instabilidade emocional, parestesia, ataxia generalizada, surdez, disartria, deterioração visual progressiva e disfagia.

O envenenamento por cádmio está associado com frequência à lesão renal, hipertensão, litíase renal, cardiomegalia, aterosclerose, dores osteoarticulares. Há transmissão materno-fetal nos casos de mães intoxicadas.

O envenenamento por chumbo leva a distúrbios de aprendizagem em crianças, cefaléia intensa, vertigem, tremores, dores articulares, irritabilidade, agressividade,

distúrbios mentais, hiperatividade, anorexia, lesões musculares e dores abdominais.

Estas justificativas técnicas convergem para uma conclusão de que este projeto de lei contribuirá para que haja uma economia do Estado em despesas para o tratamento nos males causados por estes materiais pesados, à saúde humana e ao meio ambiente, contribuindo para um ganho de qualidade de vida à população como um todo.

Concluindo, submetemos o presente projeto de lei à elevada apreciação dos nobres Deputados que integram esta Casa Legislativa, na expectativa de que, após regular tramitação, seja a final deliberado e aprovado na devida forma regimental.

PROJETO DE LEI Nº 234/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Casas Populares mediante a concessão de incentivo fiscal para a construção de casas populares, correspondente a crédito presumido no valor equivalente a 40% do montante do ICMS devido nas operações de fornecimento dos respectivos materiais de construção.

§ 1º - Para os fins do disposto nesta lei o construtor, pessoa física, deverá apresentar à COHAPAR projeto da unidade habitacional, que o habilitará ao benefício, caso comprove que a área não é superior a 60 m² e que o custo não ultrapassa a 90% do valor praticado pela COHAPAR nas unidades de alvenaria, bem como, presente declaração firmada sob as penas da lei, de que:

a) a renda familiar não ultrapassa a três salários mínimos;

b) outro imóvel não possui e que o mesmo servirá para sua moradia ou de pessoa da família.

§ 2º - Para a aquisição dos materiais de construção o interessado deverá obter, junto à COHAPAR ou órgão por esta credenciado, o reconhecimento do benefício do crédito presumido a ser utilizado pelos fornecedores dos materiais de construção.

§ 3º - A COHAPAR ou órgão por ela credenciado formalizará o reconhecimento do crédito presumido mediante autorização da qual constará a identificação do adquirente e o local da construção.

§ 4º - Para os fins do disposto neste artigo o valor do crédito presumido deverá ser lançado diretamente no campo “Outros Créditos” do livro Registro de Apuração do ICMS, do livro Registro de Apuração do ICMS, do estabelecimento fornecedor dos materiais de construção.

§ 5º - O vendedor conservará, pelo prazo de cinco anos, cópia da autorização de que trata o parágrafo 3º.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Além da fome, do desemprego e da insegurança, outro problema gravíssimo que assola o país é o da moradia.

Os números que estão sendo divulgados relativos às carências na área de habitação, envergonham qualquer cidadão de bem.

A proliferação de favelas e de ocupações irregulares nas cidades brasileiras, são as consequências mais visíveis deste grande problema. Por sua vez, subjacente a eles, estão a criminalidade e as doenças que encontram campo fértil nestas concentrações desprovidas dos mais elementares serviços públicos, constituindo um círculo vicioso, perverso e injusto.

É preciso uma ação firme e propositiva, no sentido de se criar alternativas viáveis para, pelo menos minimizar-se o alcance desta constatação e, assim sendo, tem o presente, o propósito de justamente, oferecer uma alternativa para que os menos favorecidos obtenham a tão sonhada casa própria.

O projeto em exame possui largo alcance social e visa dotar a COHAPAR de um mecanismo efetivo de barateamento da construção civil, através da concessão controlada de um crédito presumido ao fornecedor dos materiais de construção destinados à moradia popular.

É de se ressaltar que inúmeras lideranças municipais pleitearam a proposição deste projeto, motivo pelo qual espero o apoio dos demais Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

“O futuro da humanidade depende da preservação da natureza e mudança no modelo de desenvolvimento econômico.

Guerras, fome e epidemias. Ondas de calor insuportáveis, chuvas torrenciais, secas infernais. Populações inteiras dizimadas por disputas por solos agricultáveis, água e energia. Regiões como a Amazônia, o Pantanal e outras com grandes bacias hidrográficas, como a do rio Paraná, estarão militarizadas.

As mudanças climáticas transformarão a atual geografia. A Europa, por exemplo, estará em parte congelada ou submersa por causa do derretimento do gelo polar. Hordas de refugiados ambientais criarão um êxodo jamais visto na história da humanidade e a luta pela sobrevivência fará ressurgir a ameaça de uma guerra nuclear.

Não. Este cenário não é a descrição de cenas do filme ‘O Dia Depois de Amanhã’, que estreou na semana passada nos cinemas em todo o mundo. Não é também nenhuma previsão de algum grupo ecologista radical que

se prepara para o fim do mundo. Também não é nenhuma previsão apocalíptica de algum o dia do juízo final.

Este cenário, ao contrário, é um estudo do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (EUA), que foi obtido pela prestigiosa revista norte-americana Fortune, sobre o superaquecimento global. Durante muitos anos, os EUA negou a ameaça ambiental e sempre manteve uma postura de desdém sobre os movimentos ecologistas e até mesmo sobre os estudos realizados em diversas universidades do mundo sobre a questão ambiental.

É notória a posição dos norte-americanos sobre os compromissos mundiais em torno das principais questões envolvendo a ecologia, como a não assinatura do Protocolo de Kyoto e o não compromisso de assumir os principais pontos da Agenda 21, resultado das principais decisões do Fórum Mundial do Meio Ambiente, a Eco 92, mais conhecida entre nós como Rio 92.

A grande verdade é que está muito claro, até mesmo para as nações ricas como os EUA, que a questão ambiental não só é um problema levantado por românticos ecologistas que querem preservar espécies raras ameaçadas de extinção. O ritmo do desenvolvimento econômico e os modelos de produção industrial e de energia estão destruindo o Planeta.

Não faz muito tempo, a grande maioria das pessoas sempre pensou que os recursos naturais são infinitos e que não haveria limites para o desenvolvimento econômico e tecnológico. Mesmo as teorias econômicas nunca se preocuparam em pensar modelos diferentes e levar em conta os limites impostos pela natureza ao crescimento econômico.

Foi preciso que o Planeta desse sinais de estresse por causa do crescimento das economias e das populações. As florestas estão desaparecendo num ritmo nunca visto, os rios e mares estão sendo poluídos numa velocidade impensada e os animais nunca estiveram tão ameaçados de extinção desde que há 65 milhões de anos os dinossauros desapareceram da face da Terra.

Alguns números podem dar a dimensão desta destruição. Até o final de 2000, 25% dos mamíferos, 12% das aves, 25% dos répteis e 30% dos peixes estavam ameaçados de desaparecer. No Brasil, o que já foi a maior floresta tropical do Planeta, a Mata Atlântica, com 1,36 milhão de quilômetros quadrados e ocupando 15% do território brasileiro, está reduzida a menos de 100 mil quilômetros quadrados, ou a 1% do território do Brasil. Estima-se que 70% dos rios brasileiros estão ameaçados com a poluição, seja por causa dos resíduos industriais e domésticos das cidades ou por agrotóxicos, nas áreas agrícolas.

E no Paraná esta situação não é muito diferente. Segundo estudos da Fundação SOS Mata Atlântica, o Estado possui somente 20% da cobertura vegetal original, sendo que à época do descobrimento este índice era de 97%. Destes 20% restantes, somente 3% são de matas nativas intocadas. Muito pouco sobrou da exuberância de uma floresta que já ocupou quase todo o nosso território.

E as ameaças continuam. A Araucária, símbolo do Paraná, está em permanente risco de extinção e mesmo os remanescentes florestais continuam sofrendo pressões.

Por tudo isso é preciso agir e agir logo e com determinação para que cenários apocalípticos não sejam só um delírio dos arautos do fim do mundo e se tornem realidade. É preciso rever os modelos de desenvolvimento econômico e reformar os sistemas de produção de alimentos, materiais e energia. Precisamos pensar numa economia ecológica e num modelo de desenvolvimento sustentável, que leve em conta a preservação dos recursos naturais.

E a questão não é só conciliar o crescimento econômico com o meio ambiente e sim, evitar que o colapso da natureza não destrua a economia e o atual modo de vida no Planeta. As ameaças são reais. Se não pensarmos e agirmos no sentido de mudar a nossa relação com a natureza, não sobrará nada no futuro.

Mas não é preciso só ter soluções para a macroeconomia e para o destino do Planeta e da humanidade. Podemos começar já. Bastam gestos simples, mas conscientes para começarmos a mudar este cenário de filme de terror apocalíptico. E são nas pequenas ações, que somadas, vamos mudar este cenário. Se cada um de nós tiver consciência sobre o impacto que causamos ao não respeitar a natureza no nosso dia-a-dia talvez possamos ter outra realidade. Podemos começar a agir em casa, no bairro, na nossa cidade.

Precisamos ter consciência na hora de consumir alimentos, evitar os desperdícios, procurar, consumir produtos ecologicamente corretos, evitar produzir lixo em demasia, respeitar os animais e as florestas. São gestos, como o simples ato de fechar a torneira na hora de escovar os dentes, que irão garantir um futuro para as próximas gerações. Pois, se nada fizermos para evitar a destruição dos recursos naturais, o fim do mundo pode não ser só matéria-prima para filmes de ficção e se tornar uma realidade dura para uma humanidade ameaçada de deixar de existir.”

Faço este pronunciamento hoje, como uma homenagem ao Dia Nacional do Meio Ambiente, ocorrido no dia 05 de junho, sábado, e que estas modestas palavras possam levar à reflexão todos aqueles que ouviram e que tiveram conhecimento disso, porque, como dissemos ao final, bastam simples gestos do nosso cotidiano para que possamos contribuir para um mundo melhor, um mundo em que tenhamos em primeiro lugar a preservação do ambiente e a preservação de um bem natural finito, que é a água.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não temos mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, e vamos, numa deferência especial desta Casa, ceder a palavra para o Dr. Gilberto Pupio que é coordenador do Ministério da Saúde na área bucal, por solicitação da Bancada do PT.

O SR. GILBERTO PUPIO

Sr. Presidente, nobres Deputados, boa tarde.

Em primeiro lugar, gostaria de trazer uma saudação do Ministro Humberto Costa. É com muito prazer que estamos, hoje, em Curitiba.

Acabamos de assinar um convênio com a Universidade Federal do Paraná, no sentido de otimizarmos os seus equipamentos, para, pela primeira vez na história deste País, começarmos a construir uma política nacional de saúde bucal. Acho que cabe o registro, que o País, pela primeira vez - no mandato do Presidente Lula - lança uma política nacional para, a partir de agora, atingir a grande parte da população brasileira, que até então foi totalmente excluída dos direitos básicos de cidadania, particularmente com relação ao acesso à saúde bucal.

O quadro que encontramos quando assumimos o Ministério da Saúde era absolutamente caótico e resultante da falta estrutural da ordem de financiamento público, para que pudéssemos iniciar essas possibilidades de atenção odontológica à população brasileira.

Para os senhores terem noção do quadro que foi encontrado no Ministério, com relação à falta de dentes, estamos dizendo e constatando que 75% da população de idosos deste País perderam todos os seus dentes, e desses, 3/4 não são portadores hoje de uma simples prótese total. Com relação à população adulta esse quadro também se repete - na faixa etária de 30 a 44 anos, 15% da população brasileira também infelizmente, como consequência de uma falta total de políticas públicas nessa área, perdeu todos os seus dentes. E o que é pior, dessas pessoas, 15% também não são portadoras de prótese.

Para nós, apenas para aumentarmos um pouco o nosso grau de preocupação com relação às patologias que incidem na cavidade bucal, não podemos nos esquecer que algumas doenças também da boca, além da falta de dentes, matam. No País, no ano de 2002, algo em torno de 3.500 brasileiros foram a óbito, vítimas de câncer de boca e isso como consequência de uma falta total de possibilidade de acesso ou diagnóstico precoce e o tratamento imediato.

Portanto, é com satisfação que, em nome do Ministro Humberto Costa, foi lançado o “Brasil Sorridente”, com um orçamento em torno de um bilhão e trezentos milhões de reais. Isso significa dizer, que o governo do Presidente Lula multiplicou o orçamento da Coordenação Nacional de Saúde Bucal por sete! Até então, o ano em que mais se tinha investido em saúde bucal neste País, foi o ano de 2002, com um orçamento em torno de 54 milhões de reais.

No primeiro ano da gestão do Ministro Humberto Costa e do Presidente Lula, o Ministério da Saúde repassou ao conjunto de Estados e Municípios, algo em torno de 85 milhões de reais, no primeiro ano de governo. Até o final do mês passado, ou seja, até o último mês de abril deste ano, foi executado pelo Ministério da Saúde, 45 milhões de reais, que corresponde a quase todo o orça-

mento que foi gasto pelo Ministério da Saúde, no ano de 2002.

A partir de agora podemos ter a possibilidade de começarmos a incluir, em uma política pública, grande parte da população trabalhadora deste País, que estava totalmente alijada no direito mínimo de cidadania. É com satisfação que assinamos esse convênio com a Universidade Federal do Paraná e iniciamos, por nosso Estado, um amplo projeto de reabilitação e do resgate do início da cidadania e de possibilidade de serem atendidos, nos seus direitos mínimos, que é ter pelo menos algumas consultas odontológicas, que são absolutamente necessárias, durante todo o ano. E não há dúvida de que, a partir de agora, o Brasil começa a reverter um quadro que condenava 30 milhões de brasileiros a nunca terem direito a pelo menos uma consulta odontológica.

Neste sentido, Sr. Presidente, agradeço o espaço para, em nome do Ministro Humberto Costa, comunicar aos nobres Deputados os significativos avanços que já no primeiro ano do Governo Presidente Lula e do Ministro Humberto Costa, nós já podemos concretizar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, queria agradecer a citação do nobre Deputado, Presidente desta Casa, que ao me chamar, disse que eu era do PSDB. Sabe que eu tenho uma grande simpatia pelo Partido da Social Democracia Brasileira, mas sou filiado ao Partido Progressista. Muito obrigado, é uma honra.

Senhores Deputados, nós tivemos, na semana retrasada, pronunciamentos de nossa parte e também do Deputado Artagão Júnior, quando na época nos referíamos às ações do Governo Requião em Guarapuava. E ali nós não aceitávamos e continuamos não aceitando a conduta do Governador, quando ele fecha ou determina o cancelamento de vestibular em diversos cursos da Universidade que tem sede em Guarapuava, a UNICENTRO.

Após seu pronunciamento, o Deputado Artagão usou da Tribuna e fez um desafio. Gostaria de ler o que dizem as notas taquigráficas desta Casa: (Lê): “Faço um desafio: desde o início do meu pronunciamento, comparar os recursos que foram levados nestes últimos quinze meses pelo Governador Roberto Requião com os recursos levados durante os oito anos do Governo anterior, para a Cidade de Guarapuava. E, aí sim, vamos poder verificar quem foi furtado, se o povo de Guarapuava, naquela oportunidade, ou se nestes quinze meses do Governo Roberto Requião. Evidentemente que são fáceis as palavras, em função da experiência que muitos políticos têm. Mas, na prática e com documentos é que as

coisas ficam mais difíceis de serem provadas”. Palavras do Deputado Artagão.

E é com muita alegria, Deputado Artagão, Sras. e Srs. Deputados, que aquilo que nós falamos, aquilo que repetimos por diversas vezes, temos a relação de todas as ações. Em quero dizer aos senhores: certamente estou esquecendo de muitas ações que foram desenvolvidas pelo Governo Jaime Lerner, no seu primeiro e segundo mandatos, para Guarapuava. Tenho dito que nunca, na história de Guarapuava - que é um dos Municípios mais atingidos deste Estado, que foi fundada em 09 de dezembro de 1819, que portanto neste 9 de dezembro irá completar 185 anos de existência - recebeu a Prefeitura, e a gente da minha terra, como eu costume chamar, tantos investimentos, tantos recursos, tantas ações como recebeu nos dois governos do Sr. Jaime Lerner, governo que eu sinto orgulho de ter participado como Chefe da Casa Civil por um período de quinze meses, e por ter aqui nesta Casa feito parte da Base de Sustentação do Governador Jaime Lerner.

Mas vamos aos números, vamos poder mostrar, essas obras estão lá em Guarapuava, funcionando, e tenho também, se alguém quiser ver, fotografias delas. São obras prontas que foram entregues à população, que estão servindo à população, servindo ao povo que paga os seus impostos e quer ver o retorno deles através de ações e de obras.

Mas, vamos lá Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos começar pelo setor de Educação. Sabem os senhores, muitos aqui foram Prefeitos, que o setor educacional é o que mais carece de recursos. Embora haja um esforço para a construção de mais escolas, de mais salas de aula, sempre que se inicia o ano letivo os administradores se deparam com falta de salas, ano após ano é crescente o número, a necessidade de salas de aulas; o que eu acho uma coisa muito boa porque é sinal de que cada vez mais crianças e jovens estão se dirigindo à escola. Por isso, eu começo pelo setor educacional.

Durante os Governos anteriores do Sr. Jaime Lerner foram construídas no Bairro Charquinho, na Rua Padre Jandir Luis Ferrari, o Colégio Estadual Dulce Machio, um colégio com dez salas de aula, com laboratórios de química e física. Valor da época, R\$ 711.407,70. Foi construído também, lá no Distrito de Jordão, muito próximo da cidade, quase às margens do rio, o mesmo Rio Jordão que leva as suas águas ao Município de Cândói, e onde estão sendo construídas as Usinas de Santa Clara e Fundão, pela ELEJOR, aquela questão que nós já levantamos aqui, e eu dizia que esse rio nasce ali ao lado da Cidade de Guarapuava, e nesse local também foi construído o Colégio Estadual Debiana Bittencourt. Valor: R\$ 649.698,02.

No Bairro Santa Cruz, construído o Colégio Estadual Liane Marta da Costa. Valor R\$ 843.655,40.

Na Vila Santana, Colégio Estadual Rui Barbosa. Valor R\$ 572.975,00.

Na Colônia Vitória no Distrito de Entre Rios, Colégio Estadual Dom Pedro I. Valor: R\$ 557.917,00.

No Jardim Aeroporto, Colégio Estadual Vereador Heitor da Rocha Krammer. Valor R\$ 460.679,00.

No bairro Boqueirão, Escola Municipal Raul Henrique Lupateli. Valor: R\$ 422.437,00.

Ainda no setor educacional, foram ampliados o Centro Educacional Professor Carneiro Martins, colégio mais tradicional e mais antigo de Guarapuava. Valor investido: R\$ 350.478,00. Também a ampliação do Colégio Estadual Manoel Ribas. Valor da obra: R\$ 154.900,22, ampliado ainda o Colégio Estadual Padre Chagas. Valor: R\$ 91.850,00. Ampliado o Colégio Estadual Rubens Fleury da Rocha. Valor: R\$ 81.230 reais. Também foi reinstalado e ampliado o Colégio Estadual Visconde de Guarapuava com investimento de R\$ 609.690,62. Reformado o Colégio Estadual Antonio T. Pinheiro. Valor da obra: R\$ 156.120,32.

Mas, tem mais ainda senhores, conseguimos recursos para construção de diversos mini ginásios em Guarapuava, e alguns deles, por inépsia, por incompetência e por falta de vontade política do atual Governo, estão com as obras paralisadas. Uma delas, ainda na sede do Distrito de Guará, a obra já está com 80% pronta e encontra-se paralisada a um ano e meio, deixando os estudantes e a comunidade sem poder usar, uma obra como o Mini Ginásio de Esportes do Jordão.

Não só essa, mas duas outras obras dentro da Cidade de Guarapuava nesses quinze meses. Afinal, esta é a tônica do meu pronunciamento, tendo em vista que o desafio foi feito por V. Exa. e quem aceitou foi o Deputado Valdir Rossoni.

Mas vejam, levamos para Guarapuava o Mini Ginásio de Esportes no Colégio Ana Vanda Vassara. Valor: R\$ 36.600,00. No Colégio Estadual da Palmeirinha, Valor: R\$ 82.675,10. No Colégio Estadual Padre Chagas, R\$ 145.358,09. Colégio Estadual Rubens Fleury da Rocha, R\$ 142.162,86. No Colégio Estadual Manoel Ribas, R\$ 34.290,36. Colégio Estadual Cristo Rei, R\$ 145.493,34. Colégio Estadual Prof. Amarelho, R\$ 125.901,36. Colégio Estadual do Guará, R\$ 92.868,05. Colégio Estadual D. Pedro I, R\$ 131.147,00. Instituto Educacional Dom Bosco Domingos Sávio, R\$ 131.146,96. Colégio Estadual Cezar Estante, R\$ 91.436,95.

Como eu disse, alguns desses não estão concluídos, porque o atual Governo paralisou as obras.

Ainda, a preocupação que teve o Governo com o setor educacional. Foi implantado no Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins, como eu disse, colégio mais tradicional da cidade de Guarapuava, educação profissionalizante, e foi investido nos laboratórios para se implantar os cursos profissionais, um milhão, setecentos e três mil, novecentos e trinta e seis reais. E também investimentos foram realizados para o Curso Técnico e Segurança do Trabalho e o Curso Técnico de Informática do Colégio Estadual Ana Vanda Bassara. Então, dois

colégios estaduais de Guarapuava recebendo investimentos para cursos profissionalizantes!

Ainda na área de pesquisa, foi constituída a Usina do Conhecimento, com valor de 280.695,00 reais. Na área de Educação ainda, a UNICENTRO, que consideramos a maior conquista de Guarapuava, foi reconhecida. E, em 1994, tinha apenas onze cursos e quando assumiu o Governo Jaime Lerner, foram criados 15 cursos. Vou citá-los:

Ciências Econômicas, em 1995; Análise de Sistemas, em 1995; Química, em 1996; Ciências Biológicas, em 1996; Engenharia de Alimentos, em 1998; Enfermagem, em 1999; Nutrição, em 1999; Fisioterapia, em 2000; Filosofia, em 2000; Secretariado Executivo, em 2001; Serviço Social, em 2001; Comunicação Social, em 2002; Educação Física, em 2002; Arte e Educação, em 2002, e Física, em 2002. Aqui é a prova evidente de que aquilo que o atual Governador disse, que Jaime Lerner criou cursos no apagar das luzes, é uma grande mentira.

Não são verdadeiras as suas afirmações, Requião quando diz que foi num momento politiquês que se criaram cursos. De 1995 a 2002, nos oito anos da administração Jaime Lerner, ano após ano, foram-se implantando cursos, e com isso, fortalecendo a nossa Universidade.

Um outro número que gostaria que todos prestassem atenção, o valor do orçamento executado, não o projetado, o que realmente realizou na nossa Universidade. Em 1994, quatro milhões e oitocentos mil reais, esse era o valor que o Estado do Paraná gastava com a UNICENTRO, em Guarapuava. Em 2001, dezesseis milhões e setecentos mil reais. Em 2002, vinte e cinco milhões de reais. Fizemos um comparativo de 1994 até 2002. Devemos lembrar que em 1994 já tínhamos a estabilidade financeira e a moeda já era o Real, praticamente quatro vezes mais recursos, ou seja, 400% de aumento nos recursos que foram investidos e gastos na UNICENTRO. E o número de alunos, que em 1994, era de 2.445, em 2002, 5.827, mais do que o dobro de alunos.

Foram construídos na Universidade, a Clínica-Escola de Fisioterapia; o laboratório de Engenharia Florestal, laboratórios de Química, Física, da Análise de Alimentos, de Informática e de Biologia. Mas não foi só no setor de educação, que tiveram os governos de Jaime Lerner: também a preocupação com a saúde, com o saneamento básico. Foram construídos em Guarapuava, 230 quilômetros de rede de coletora de esgoto, e a construção de um reservatório de água com capacidade para três milhões de litros, o que dá garantia a todos os guarapuavanos da tranquilidade com o abastecimento de água potável.

Investiu o Governo do Estado, através da SANEPAR, em rede coletora de esgoto, em reservatório de água e também em construção de estação de tratamento de esgoto. Valor das obras: dezoito milhões, setecentos e cinco mil e trezentos e oitenta reais.

Foram construídas redes de esgotos na Vila Bela, na Vila Santana, no núcleo Rocha Loures, no Alto da XV, no Cupertinópolis, no Cristo Rei, na Vila Karen, na Vila Primavera, na Vila Queiroz, na Vila Feroz, no Jardim Bandeirantes, na parte baixa do Xarquinho, no Jardim Veneza, na Vila Planalto, no Jardim Brasília, nos fundos da Vila Pequena, na Vila Palermo e no Núcleo residencial do Campo Velho.

Em saúde, Sras. e Srs. Deputados, foi ampliado e construído um prédio novo que é a sede do Hemocentro. É o maior Hemocentro do interior do Estado. Foram investidos quinhentos e noventa mil, cento e cinquenta e três reais; distribuição de medicamentos: novecentos e oitenta e três mil e novecentos reais; equipamentos que foram doados aos hospitais através da Secretaria de Saúde: setecentos e três mil e quatrocentos reais.

UTI's neonatais que até pouco tempo nós tínhamos o problema de outros Municípios que estavam necessitando de UTI's, até Municípios que através do Deputado Jocelito Canto fizeram uma viagem a pé de Ponta Grossa para essas cidades solicitando UTI's, porque estavam morrendo pessoas em Ponta Grossa.

Lá em Guarapuava o Governo do Estado doou os equipamentos e implantou a UTI neonatal no Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, com quatro leitos, e mais quatro leitos no Hospital Santa Tereza. Não ficamos apenas nas UTI's que foram implantadas nesses hospitais. Durante a administração do ex-governador Jaime Lerner foram entregues equipamentos para o Hospital de Caridade São Vicente de Paulo e para o Hospital Santa Tereza na área materno-infantil.

Foram entregues ao Município de Guarapuava duas ambulâncias, cinco equipamentos odontológicos, mas o mais importante foram as ações por parte da Secretaria de Estado da Saúde, lá. Houve o credenciamento de quimioterapia no Hospital São Vicente de Paula. E sabem os senhores a importância de um serviço como o de quimioterapia para as nossas cidades do interior, porque se não existisse em Guarapuava, toda aquela região teria que continuar viajando, vindo de ambulância receber a quimioterapia aqui no Hospital Erasto Gaertner.

No primeiro ano da administração Jaime Lerner, em 1995, houve o credenciamento do serviço de quimioterapia no Hospital São Vicente de Paulo; o credenciamento para o setor de psiquiatria do Hospital São Vicente, que é o Hospital de Caridade; credenciamento também do serviço de neurologia do Hospital São Vicente e também o de nefrologia, do Hospital Santa Tereza.

Agora, senhores, eu gostaria de ir para um outro setor que ainda há pouco, quando eu vinha para esta Casa pudemos escutar pela rádio CBN que um investigador da Região Metropolitana de Curitiba foi assassinado porque estava sozinho cuidando de quarenta presos. No setor de Segurança, em Guarapuava, também os investimentos foram expressivos. Foi construído em Guarapuava o Presídio Industrial que é modelo para o Paraná, para o Brasil e para o mundo. Numa parceria com o Governo

Federal foi investido naquela presídio quatro milhões quinhentos e vinte e três mil trezentos e sessenta e um reais.

Aqui, nós temos a presença do Deputado Marcos Isfer, que na época era o Diretor-Geral do DETRAN do Paraná.

E, atendendo uma solicitação nossa, determinou que em Guarapuava fosse construída uma edificação para o CIRETRAN, categoria 1, melhor categoria que tem do CIRETRAN. E na época os investimentos foram de R\$ 403.213,00.

Houve a reforma geral da 14ª Divisão Policial, no valor de R\$ 64.163,56; reforma do Instituto de Criminalística, R\$ 31.354,18; foram entregues 15 novos veículos para Polícia Militar; 10, para a Polícia Civil.

No setor de habitação foram construídas 571 casas, no valor das obras de R\$ 4.133.953,00. Foram construídas as Moradias Rio Jordão no Bairro São Cristóvão e as Moradias Copersul, no Bairro Boqueirão.

Na Agricultura, para o Programa Paraná 12 Meses, que por sinal hoje é o único Programa que continua caminhando, é a única ação do atual Governo, porque os recursos ficaram alocados por algum tempo. Antes disso, o atual Governo não aportou a parte que devia aportar, para pegar o dinheiro do Banco Mundial e aplicar no Paraná 12 Meses.

No Governo de Jaime Lerner, em Guarapuava, foram distribuídos - o Paraná 12 Meses não é empréstimo é uma doação que o governo faz para os pequenos proprietários - R\$ 5.579.848,60 para: melhorias de moradias; tratamento de água e esgoto; aquisição de calcário; construção de galpão comunitário; aquisição de equipamentos de pulverização; melhoria de saneamento; aquisição de novilhas para produção de leite; reflorestamento; aquisição de plantadeiras.

No Setor de Transportes, foi pavimentada a estrada que sai da BR-277 e vai ao atual Município de Goioxim, num valor de R\$ 1.752.366,00; asfaltamento até a sede do Distrito de Guairaçá, uma estrada municipal no valor de R\$ 2.643.500,00; foi construído o trevo de acesso ao Terminal Agrária - BR-277, um investimento de R\$ 573.450,00; foi ampliado e feito recapeamento da pista do Aeroporto Tancredo Thomas de Faria, no valor de R\$ 917.280,00; foi construída a ponte sobre o Rio Jordão, uma das estradas que liga Guarapuava ao Distrito de Entre Rios, no valor de R\$ 93.340,00.

Além de investimentos de mais de R\$ 354.074,00 em diversas pequenas pontes municipais, por exemplo, no Rio Cascavel, no Rio das Pedras, no Rio das Pedras II, Rio Engenho, Rio Lajeado, Rio Laranjinha, Rio Lavras, Rio Marrecas, Rio nº 1, na Vila Matinho e Rio Paiquerê.

No Setor de Energia Elétrica, foi ampliada a rede de energia rural, um investimento de R\$ 2.852.398,00.

Além disso, foi construída uma creche na Vila Primavera com recursos da Secretaria da Criança e Assuntos

da Família. Aliás, creches no Distrito de Entre Rios e um Centro de Convivência de Idosos na Vila Primavera.

Mas estes valores, são valores da época, não estão corrigidos e o que é importante, são todos valores a fundo perdido. Não é empréstimo. Foram obras que o Estado executou lá, com recursos próprios.

O Governador Jaime Lerner também concedeu à Prefeitura de Guarapuava através do Programa ParanaUrbano, um empréstimo de dois milhões de reais para a compra de um trator de esteira, de uma retroescavadeira e também para a construção de pontos de ônibus no perímetro urbano.

Então, Sras. e Srs. Deputados, dois milhões foram empréstimos! Agora, os senhores puderam sentir, notar e ver os números, a quantidade. Não tive ainda tempo para somar o valor de todos os investimentos que relacionei para os senhores, mas aqui a demonstração inequívoca das ações e da vontade política do Governador Jaime Lerner em atender os reclames e as necessidades de Guarapuava.

Trouxe esses números, porque fui desafiado pelo Deputado Artagão e gostaria muito de ouvir, de sua parte, a relação das obras e dos investimentos que foram realizados nesses quinze meses do Governador Requião.

Muito obrigado!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Sr. Presidente, como fomos citados, estaremos esclarecendo no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ok, perfeitamente!

No Horário da Liderança, fará uso do Horário do PPS o Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Este final de semana foi muito importante para o PPS, o nosso Partido, onde fizemos o treinamento, ou na verdade, um curso para os candidatos a Vereador e Vereadora do nosso Partido. Foram mais de dois mil e trezentos candidatos em todo o Estado do Paraná e também para os nossos candidatos a Prefeito e a Vice-Prefeito no Paraná, que são mais de duzentos e setenta pré-candidatos. Foi muito importante, porque lá estiveram pessoas e personalidades do mundo político do PPS Nacional, Deputados do Recife de todo o Brasil e que vieram prestigiar esse evento, que foi preparado pelo nosso Presidente, Rubens Bueno. E nesse curso houve palestras e foi algo inédito no Paraná, porque jamais um Partido político fez treinamento e cursos preparatórios para seus pré-candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. E por que esses cursos?

Porque o PPS tem andado muito no Estado do Paraná, feito um trabalho de militância muito grande e visto - visitando Câmaras Municipais e Prefeituras, - que lamentavelmente existem muitos políticos que atuam em cargos importantes, como um cargo de Prefeito, como um cargo de Vereador, mas que muitas vezes não sabem qual

é a sua função e o que estão fazendo nesses cargos. Sentindo essa dificuldade, essa falta de preparo de muitos Prefeitos, de muitos Vereadores, o PPS resolveu iniciar essas palestras e esses cursos, mostrando qual é a função de um Parlamentar, de um Prefeito, enfim, quais são as suas funções administrativas.

E foi um sucesso, graças a Deus, neste final de semana, com a abertura pelo nosso Presidente, Rubens Bueno, desses cursos. E também fizemos no sábado de manhã o lançamento do "Fala Curitiba", que é um trabalho que o PPS vem desempenhando não só na Capital, mas em toda a Região Metropolitana e nas demais cidades acima de vinte mil habitantes, onde nós fazemos um debate com a população para saber quais são as necessidades que a sociedade mais tem na área da Educação, na área da Saúde, na área da Segurança Pública, enfim, nas principais áreas em que a população sente mais necessidade e o que lhe é mais importante, a partir do momento que entra o próximo governante, o próximo Prefeito ou próximo Vereador. E serão entrevistadas mais de quinze mil pessoas em toda Curitiba para fazermos essa pesquisa e em cima disso podemos elaborar o Plano de Governo do PPS para a Capital, lembrando que o PPS terá candidatura própria.

Nós temos, hoje, três pré-candidatos a Prefeito de Curitiba: o nosso Presidente, Rubens Bueno, já se desligou da Binacional Itaipu, e também se colocando como pré-candidato, mas antes disso como colaborador do PPS Nacional, ele que é Secretário Geral do Partido, para coordenar todas as campanhas do Partido, nacionalmente.

Então, sem dúvida alguma, um final de semana importante para a largada do PPS para as eleições de 2004.

Eu gostaria de ceder um aparte à Deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia

Obrigada, companheiro!

Apenas para registrar que eu cumprimento o PPS, Partido que eu sempre tive uma simpatia muito grande, na verdade o PPS antes era o PCB, que no Congresso transformou-se em PPS, Roberto Freire era o nosso Presidente do Partido Comunista Brasileiro, passando para o PPS. Eu não acompanhei a sigla, mas sempre tive uma grande simpatia.

E queria dizer que é fundamental o trabalho que o PPS está fazendo, Deputado, porque é preciso aproveitar a oportunidade no momento da eleição para praticarmos também o exercício de solidarizar, de democratizar a informação no sentido de que há mesmo uma confusão na sociedade civil e às vezes essa confusão, essa falta de entendimento é até utilizada pelos maus políticos, que confundem os papéis. É comum irmos para a nossa cidade e ver, às vezes, a população confundindo o Deputado com o Vereador, o Vereador com as funções do Executivo. E, nesse sentido, acaba havendo uma dificuldade de participação do ponto de vista de controle social.

Eu mesma, na minha primeira campanha em Londrina, na minha primeira candidatura, eu fiz uma cartilhinha explicando para que servia um Vereador, porque é incrível, como ainda há realmente uma confusão na população em relação aos nossos papéis, que não somos só fazedores de leis, mas também e muito especialmente, somos fiscalizadores da função do Executivo e do Erário Público.

Então, eu queria cumprimentar o PPS por essa importante atitude de informar à população em relação ao papel dos Parlamentares nas suas várias esferas.

Parabéns!

O SR. RATINHO JÚNIO

Obrigado, Deputada...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Obrigado!

É em cima desse pensamento, Deputada, que o PPS resolveu fazer esses cursos preparatórios para os nossos candidatos, para mostrar quais são as suas funções e saberem bem representar o Partido que vem crescendo a cada dia em nível nacional e principalmente aqui no Estado do Paraná, mostrando a sua grandeza, principalmente nas eleições agora de 2004, começando pela Capital, onde teremos candidatura própria.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PSB; PTB; PP; PFL; PSDB; PDT.

(**Todas declinam**).

PMDB. Com a palavra o Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do Vereador de Londrina, Roberto Scaff, que se encontra na tribuna desta Casa, já, quem sabe, tenha feito um vaticínio sobre o futuro cargo que ele deva ocupar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado, agradecemos a presença do ilustre Vereador.

Com a palavra o Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, por mais uma oportunidade não nos foi permitido debater, indagar, contra-indagar no momento devido.

Há uns dez dias atrás, realmente usei a tribuna defendendo o Governo Roberto Requião e solicitando um comparativo real e coerente das ações dos dois Governos.

Evidentemente, um Governo de oito anos e outro de quinze meses. Um, preocupado com interesse no mínimo estranhos e o outro, claramente voltado ao interesse daqueles que mais necessitam da ação do Poder Público. Tentei interpelar, questionar, apartear o Deputado Fernando Ribas Carli no momento do seu pronunciamento, para que, conforme as afirmações estivessem sendo realizadas, nós pudéssemos esclarecê-las.

Ora, vejam bem, senhores, foi colocado no pronunciamento do nobre Deputado a questão da UNICENTRO, questão esta que foi tão amplamente questionada, repudiada por este mesmo Deputado, quando da ação do Governador no sentido de, temporariamente, suspender as ações dos vestibulares, dos procedimentos dos vestibulares, para que estes cursos fossem regulamentados. Todos, ou senão a maioria dos cursos aqui relatados, afirmados pelo nobre Deputado, são justamente esses que ainda necessitam e que estão sendo regulamentados pelo Governo Roberto Requião, cinco deles já sancionados, já regulamentados pelo decreto assinado há vinte dias atrás, e os restantes já em processo na Casa Civil, e muito em breve também terão a sua regulamentação em função da informação recebida do Secretário Aldair Rizzi, da Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Nos foi colocada uma série de investimentos na área de Educação. Ora, se fosse realmente isto verdade, não teríamos a necessidade de reformar, ampliar, reparar 70% das escolas estaduais de Guarapuava, o que estamos fazendo através das ações da Secretaria de Educação, comandada pelo nosso Secretário Maurício Requião.

Liberamos 72 mil reais para a escola da Palmeirinha; 114 mil para a Escola Heitor Rocha Krammer; aproximadamente 40 mil para a Escola Dr. Rubem Fleury; Escola Mahatma Ghandi, 36 mil reais; Escola Cristo Rei, 30 mil reais; Escola Leni Marlene Jacob, 76 mil reais. Muitas destas escolas foram apontadas como escolas construídas. Vejamos, se foram construídas recentemente, então foram mal construídas, de forma irregular, de forma estranha, conforme apontam os relatórios encaminhados pela Secretaria da Educação, dos projetos dos ginásios de esportes, aqui apontados também como obras do governo anterior, que estão hoje no Ministério Público, porque são obras inacabadas, obras contratadas para o seu término no mês de dezembro do governo anterior, do último mês do governo, mas que hoje usam o final do mandato como justificativa para não terem concluído a obra como deveriam. Todos esses processos estão no Ministério Público para que lá, sim, no foro competente, sejam tomadas as medidas cabíveis.

Foi falado aqui do credenciamento dos hospitais, dos leitos, dos procedimentos necessários a atendimento da Saúde. Parece que Guarapuava...

(**Término do tempo**)

(**Orador passa a usar o Horário da Liderança do Governo**)

Senhores, senhoras, Deputados, imprensa, amigos presentes, no meu pronunciamento, quando fiz o desafio, desafiei a provar aquilo que se falasse, desafiei a mostrar a realidade das ações e não discursos infundados, falácas, mais uma vez tentando ludibriar o entendimento da grande maioria. Não é possível mais a política do Paraná ser feita de forma a tentar sempre, com bons discursos, com farta oratória, levar a população a pensar aquilo que na realidade não existe. Nós temos, nos quinze meses de ação do governo Roberto Requião, à Guarapuava, naquilo que se pode calcular, naquilo que se tem valor real, mais de 15 milhões de reais, de investimentos e, aqui estão as ações desenvolvidas pelo Governador e os convênios assinados e firmados com a Prefeitura de Guarapuava, conduzida por Vitor Hugo Burko, membro do PL - Partido Liberal, aqui com os seus representantes, que não firmou nenhum convênio por falta de interesse do governo anterior, em atender às necessidades da nossa Guarapuava.

Foi citada a presença do nobre Deputado Marcos Isfer, quando da liberação de cento e poucos mil reais, para a construção da CIRETRAN daquela cidade, sem dúvida alguma, uma CIRETRAN importante, já tivemos que liberar sessenta e poucos mil reais, para reforma e ajuste, para o seu perfeito funcionamento. Já tivemos que liberar, através do DETRAN, 600 mil reais para projeto de sinalização para a nossa Guarapuava, projeto esse que está no DETRAN desde 1997, e que não foi liberado, por interesse de alguns políticos que pediram, naquela oportunidade. Desde 1997, e, somente agora pelo Governo Roberto Requião, foi liberado.

Sras. e Srs. Deputados, e imprensa, chega de discurso, chega de mentira, chega de enganação! Evidentemente que eu gostaria de ter feito as devidas interpelações no momento em que as afirmativas estavam sendo realizadas, mas infelizmente não foi me permitido o aparte e uso agora o momento, o Horário da Liderança do PMDB e da Liderança do Governo, para tentar mostrar a realidade da população.

Se tantas obras fossem realizadas, se tantas ações na prática tivessem acontecido na nossa cidade, não teria ocorrido uma vitória com mais de 14 mil votos para o Governador Roberto Requião, lá, na última eleição! Se houve essa diferença de votação é porque existia insatisfação com relação às ações do último Governo. Quem decidiu, não fui eu, não foi o Prefeito, não foram os Vereadores; quem decidiu foi a população, que no princípio do regime democrático e de direito escolheu a mudança, o novo rumo da política do Paraná, escolheu o Governo Roberto Requião para impulsionar definitivamente as ações do interior do nosso Estado.

É essa a mudança na prática que se deseja, que acontece, é isso que nós vivenciamos no nosso dia-a-dia em nossa Guarapuava, é isso que me deixa orgulhoso de ser um Deputado do PMDB e do Governo Roberto Requião, porque venho aqui com documentos, com provas e com ações acontecendo no dia-a-dia da nossa

cidade e de todo o Paraná. Isto é a realidade, que explica e exprime o sentimento dos guarapuavanos. É desse sentimento, são dessas ações, é esse Governo que Guarapuava e o nosso Paraná gostariam que acontecesse, é isso que nós estamos vivenciando.

Tenho certeza, que se em 15 meses já pudemos levar a Guarapuava mais de 15 milhões em obras, em recursos, em ações, aquelas que se podem contar - não estamos aqui falando de credenciamento de serviços de saúde, dos credenciamentos de UTI, dos credenciamentos de leitos em dois hospitais, porque isso não tem preço. Uma vida não tem preço. Evidentemente que, se isso fosse contado, muitos e muitos milhões aqui seriam relatados.

Tenho certeza que em 15 meses mostramos as ações que estarão sendo desenvolvidas em prol da nossa Guarapuava.

Tenho certeza que isso é apenas o começo, porque esse é um Governo transparente, um Governo de ação, um Governo de resultados e não de discursos!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaríamos de registrar, a pedido do nosso Deputado Luiz Nishimori, a presença da Vereadora de Maringá, Edite Dias.

Agradecemos a sua presença.

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não termina aqui o desafio. Tenho provas documentais e fotografias de obras funcionando que foram realizadas em Ponta Grossa.

Pelos dados que vi do ilustre Deputado Artagão Júnior, investimentos realizados pelo atual Governo, na minha querida cidade de Guarapuava, somam aproximadamente 350 mil reais. Se dividirmos pelos dezessete meses de Governo Requião, vamos ter uma cifra de 15 mil reais por mês, apenas!

Quando o senhor se refere a 15 milhões de convênio, desconheço e gostaria de ver quais são esses recursos, porque sou sabedor que o Governo do Estado está emprestando, através da ParanáUrbano, cinco milhões de reais para Guarapuava! Isso é empréstimo, como um agente financeiro, como um repassador de recursos do Banco Mundial, recursos a fundo perdido.

Então, pela sua relação e pelo que o senhor citou, são apenas 350 mil reais. Para dar um contraponto, dou o nome de apenas uma escola. Só a Escola Eliane da Costa, que funciona no bairro Santa Cruz. O senhor conhece muito bem essa escola, e só lá foram gastos, em valores da época, 843 mil 655 reais e 40 centavos. Temos uma diferença muito grande.

O debate não termina aqui, não. Queremos ver realmente esses convênios que o Deputado Artagão diz que estão sendo repassados à Prefeitura de Guarapuava.

Quero ver, quero ter acesso a esses documentos, porque o que se escuta em Guarapuava é que a Prefeitura não tem recursos e que tomou emprestado, inclusive a Câmara de Vereadores autorizou o Prefeito a contrair o empréstimo de 5 milhões de reais. Fiquei atento ao seu pronunciamento e pelos seus dados apenas os recursos liberados. E mais ainda, quero corrigir-lhe. A obra para o CIRETRAN quando o Deputado Marcos Isfer era Diretor, foi de 403 mil 213 reais. Agora é uma obra que já tem praticamente oito anos, e sabemos que reformas são necessárias, da mesma forma que me referi que todo início de ano precisamos de mais salas de aula, precisamos de mais laboratórios, porque a demanda é crescente. Por isso mesmo o senhor relata que foram investidos em diversas escolas em torno de 350 mil reais.

Não termina aqui o debate. Faço questão de ver esses recursos creditados, quero ver o extrato de conta da Prefeitura onde entrou os 15 milhões de convênios!

Aí eu venho nesta tribuna e digo, parabéns, Governador, o senhor deu 15 milhões para Guarapuava! Mas quero ver esse recurso creditado na conta da Prefeitura Municipal de Guarapuava, crédito, dinheiro a fundo perdido. Agora, empréstimo, são cinco milhões que o ParanáUrbano está emprestando.

E o pior, Deputado Artagão, o pior, Srs. Deputados, é que está se emprestando para um Prefeito em final de mandato cinco milhões de reais com um ano de carência! Os próximos Prefeitos irão pagar! Isso é de uma inconseqüência inimaginável, emprestar cinco milhões para um Prefeito em final de mandato! Onde está a responsabilidade fiscal? Onde está a ética? Como que podemos emprestar dinheiro para o outro pagar? Fica a mesma coisa que tomarmos um empréstimo e mandarmos a conta para o nosso vizinho! Quem vai pagar esses empréstimos do ParanáUrbano serão os próximos Prefeitos, tem um ano de carência! O recurso deve estar começando a sair agora, porque tenho acompanhado os editais

das licitações, que serão realizadas. O dinheiro não entrou na conta da Prefeitura, ainda! Estamos no mês de junho, vamos supor que agora entre o recurso, só em junho do ano que vem, a Prefeitura irá começar a pagar a conta! Fica muito fácil emprestar o dinheiro para o outro pagar!

O desafio não termina, não fica aqui, porque trago para todos os senhores a fotografia e o endereço com firma reconhecida, se preciso for, com a autenticação dessas fotografias, para que tenham a certeza de que as obras, que citei daquela tribuna, estão lá em Guarapuava servindo à população. Não têm, em nenhum momento, nenhuma mentira e nenhuma enganação! Não existe nada que não se possa ser mostrado. Tudo o que eu disse está aqui! Tudo o que eu disse é verdadeiro.

Como eu disse, Sr. Presidente, são quinze cursos que começaram a ser implantados, de 95 até 2002.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para que o Deputado Ribas Carli possa tomar uma água, o relógio faz tempo que parou nos cinco minutos.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, Natálio Stica.

Eu sei que o senhor sendo nobre - um homem que leva no seu nome a data do seu nascimento, Natálio, o homem que nasceu no dia de Natal, no dia que nasceu o nosso grande salvador Jesus Cristo, é um homem bondoso e que sempre socorre a todos.

Muito obrigado, por sua gentil participação e a sua colocação no meu pronunciamento.

Para encerrar, Sr. Presidente, digo que aguardo com muita ansiedade e pressa os extratos da Prefeitura Municipal de Guarapuava, onde estejam lançados os quinze milhões de reais de convênios que foram citados pelo ilustre Deputado Artagão Júnior.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Da mesma forma aguardamos a recíproca, no sentido de demonstrar as obras que foram citadas por V. Exa. e os devidos laudos de recebimento dos órgãos competentes, após a devida fiscalização e dada a conclusão da obra.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 106/2004, subscrito pelo Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente, informando seu desligamento a partir desta data, da CPI da Reforma Agrária. **Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Deputado Estadual Barbosa Neto, Líder do PDT, para indicar o substituto do solicitante.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade da busca imediata de pessoa desaparecida, menor de 16 anos ou pessoa de qualquer idade portadora de deficiência física, mental ou sensorial. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CDHC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a Emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ. Aprovada, com voto do ilustre Deputado Ângelo Vanhoni.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Luis Nishimori, que institui o Prêmio Araucária de Jornalismo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CE. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Jacutinga, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. nº 083/2003, de 15.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 630/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Jacut-

inga, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(as) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Tropeiros da Paz, com sede e foro no Município de Clevelândia. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. nº 016/2004, de 22.03.2004.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 071/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declara de Utilidade Pública a Associação Tropeiros da Paz, com sede e foro no Município de Clevelândia.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(as) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2004 de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espíritas Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Paranaguá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. nº 032/2004, de 26.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 132/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espíritas Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer

Favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(as) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 132/2004

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espíritas Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/2004 de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera a redação da Lei nº 10940, que declarou de Utilidade Pública a Associação para o Menor- AMEN (Associação Gileade), com sede foro no Município de São João do Triunfo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 032/2004, de 27.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 134/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Carlos Simões, altera a redação do artigo 1º da Lei nº 10.940, de 28 de novembro de 1994, que declarou de Utilidade Pública a Associação para o Menor - AMEN.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(as) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/2004 de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Ouro Verde, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 037/2004, de 04.05.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 161/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Ouro Verde, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(as) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio AmatuZZi de Pinho - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APM), com sede e foro em Pontal do Paraná, Estado do Paraná, Balneário Shangrila, sito à Rua Corais, nº 395. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 039/2004, de 10.05.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 166/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio AmatuZZi de Pinho, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(as) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 166/2004

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Antonio AmatuZZi de Pinho, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 017/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que sugere o acréscimo de vaga nos Conselhos Administrativo e Consultivos dos Entes da Administração Direta e Indireta conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2004, de 11.05.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA INDICAÇÃO Nº 017/2004

P A R E C E R :

A Indicação nº 017/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Durval Amaral, tem por desígnio sugerir o acréscimo de vaga nos Conselhos Administrativos e Consultivos dos Entes da Administração Pública Direta e Indireta, conforme especifica.

Histórico

O referido projeto de lei, trata de sugestão ao Poder Executivo do Estado do Paraná a acrescentar uma vaga a mais do cargo de Conselheiro, na estrutura administrativa dos órgãos da administração direta, indireta, ou fundacional. Ainda trata a presente indicação, da indicação e nomeação dos ocupantes deste cargo, os quais ficam a critério das associações devidamente constituídas e do Governador do Estado.

Fundamentação

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida proposição, ficando defesa a análise do seu mérito.

Por ser competência privativa do Poder Executivo Estadual dispor sobre a competência, atribuições e cargos das Secretarias de Estado, segue-se o procedimento apropriado para o seguimento da proposição.

No que concerne ao mérito, destaca-se a sua oportunidade, devendo dizer ainda que deveria ser esta a providência administrativa mais profícua.

Conclusão de relatório

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1050 e 1051, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1052 a 1057, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1058, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1060, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1061, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1062, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1066 a 1068, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1069, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1076 e 1077, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1078, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1079, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de convidar os Deputados para logo mais às 18 horas, no Plenarinho, para abertura do Seminário de Software Livre, que vamos realizar no dia de amanhã, com abertura hoje.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Todos estão convidados para a abertura desse Seminário, no Plenarinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 630/2003, 071, 132, 134, 161 e 166/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 010 e 035/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 34/2004

O Diretora Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 3969/2004, datado de 02 de junho de 2004.

R E S O L V E :

colocar à disposição da CELEPAR, o servidor deste Poder Legislativo, GEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO, matrícula nº 5644, até 31 de dezembro de 2004, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.06.2004.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas da Comissão:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho de 2004, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Ademir Bier, com as presenças dos Srs. Deputados José Maria Ferreira, Ademar Traiano, Durval Amaral e Fernando Ribas Carli membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, e na sequência submeteu à votação Projeto de Lei nº 069/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli. Relator, Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 042/2004. Em seguida o Deputado Marcos Isfer apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 698/2003 e 043/2004 e a Deputada Cida Borghetti ao Projeto de Lei nº 017/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e apro-

vada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 701/2003 e 047/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 706/2003 e 050/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresen-

tou Redação Final aos seguintes Projetos de Lei nºs 108/2004, 149/2004 e 150/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 585/2003 e 037/2004 e o Deputado Marcos Isfer apresentou Redação Final aos seguintes Projetos de Lei nºs 705/2003 e 120/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária